

Convidamos para a seção entrevistas do periódico VOX MUSEI Diva Maria Freire Figueiredo, arquiteta e gestora do patrimônio cultural; em 2014, quando a entrevista foi realizada, era superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Espírito Santo.

Entrevista e notas de Áurea da Paz Pinheiro



Diva Maria Freire Figueiredo

Aurea Pinheiro (AP) - Diva Figueiredo, conte-nos de seu encontro com a Arquitetura e com o Patrimônio Cultural?

Diva Figueiredo (DF) - Afinidades com a arte, a história e a matemática me fizeram optar pela profissão. Ainda cursando o grupo escolar, ouvi pela primeira vez sobre a sua importância através de nomes como Oscar Niemeyer e Lúcio Costa.

Sai de minha cidade natal, Boa Esperança, no sul de Minas Gerais, onde cursei 1º e 2º graus (hoje, ensino básico e médio respectivamente), para continuar meus estudos em Belo Horizonte. No interior de Minas poucas famílias incentivavam as mulheres a saírem de casa para estudar. Quando as finanças da família permitiam a prioridade eram para os rapazes.

A arquitetura estava valorizada desde a construção de Brasília, mas não na minha família. As profissões valorizadas eram medicina e engenharia. Dois irmãos mais velhos foram encaminhados para essas profissões. Minha mãe, professora primária, foi quem me deu apoio. Ela gostava de ler, se interessava por tudo. Quando decidi fazer arquitetura, ela me apoiou e trabalhou para sustentar minha decisão.

Em 1976, em plena ditadura militar, ingressei no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Participei do movimento estudantil, mas era muito tímida para exercer alguma liderança. Apoiei o movimento da Anistia. Gostava do ambiente da escola, que à época fervilhava em ideias políticas e convivi com colegas que tinham

as mesmas inquietações e anseios de liberdade. Este período de faculdade, dentro ou na periferia da escola, o convívio com os professores e os colegas de curso e do movimento estudantil transformaram minha visão de mundo. Formei-me em janeiro de 1981, casada há um ano e esperando minha primeira filha.

Durante o curso, identifiquei-me pelo urbanismo e pela arquitetura brasileira. Lembro-me das aulas de Suzuy de Mello e gostei muito do livro “Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos”, de Sylvio de Vasconcellos. Estagiei na Superintendência da Região Metropolitana de Belo Horizonte em 1979, onde estudei a implantação da legislação de uso e de ocupação do solo em Contagem, na Grande Belo Horizonte. Fui até premiada! Em 1980, fui coautora do trabalho vencedor do concurso promovido pelo Banco Nacional da Habitação sobre Planejamento Urbano.

O patrimônio histórico representado por nossa arquitetura e nossa urbanidade era foco de políticas públicas, mas, nos cursos superiores não eram ofertadas disciplinas específicas voltadas para a preservação e a conservação. Minas Gerais tinha acervos reconhecidos desde o Estado Novo, mas não havia formação de pessoal especializado. O patrimônio era abordado apenas nas disciplinas História da Arte, História da Arquitetura, do Urbanismo e Arquitetura brasileira. Eram as disciplinas da minha predileção. Mas não estagiei no órgão estadual ou federal dedicados ao patrimônio cultural. Enfim, não pude conhecer os problemas afetos à preservação do patrimônio.

AP - E como se deu sua aproximação com a preservação do patrimônio?

DF - Estreei na profissão em Teresina, capital do Estado do Piauí, para onde me mudei recém-formada e recém-casada com um piauiense. Trabalhei em escritório autônomo e tive, em 1983, uma breve experiência na Empresa Piauiense de Turismo, PIEMTUR.

Lembro que estava iniciando o curso na Federal de Minas, quando a Faculdade de Arquitetura realizou a primeira pós-graduação em nível de especialização em restauração do patrimônio edificado. O curso era destinado a engenheiros e arquitetos. Depois, em 1981, se instalou definitivamente na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, - UFBA. O Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos era oferecido a cada dois anos com apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e da UNESCO. Hoje, é um programa de mestrado profissional.

Meu envolvimento com o patrimônio tornou-se mais concreto quando assumi a chefia do Escritório Técnico da Fundação Nacional Pró-Memória, órgão vinculado à então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. Foi em dezembro de 1983, que o patrimônio passou a fazer parte da minha vida, tornou-se meu ofício, seja como agente administrativa do governo federal ou como professora.

Foi um aprendizado solitário e quase autodidata. O órgão no Estado do Piauí era inexpressivo e isolado dos outros órgãos do país. Poucos sabiam

do que se tratava. Minha primeira tarefa foi organizar a representação do órgão no Piauí, vinculada à representação de São Luis do Maranhão. O órgão passou a funcionar junto à Fundação Cultural do Piauí, responsável pela política cultural do Estado. A aproximação com os patrimônio local já consagrado foi através da fiscalização e acompanhamento de obras de restauro que se desenvolviam em Oeiras (Primeira capital do Piauí) e Amarante, promovidas pelo governo estadual com financiamento federal.

AP - Em que contexto foi constituído o Iphan no Piauí?

DF - Participei de encontros, oficinas e pequenos cursos que a própria repartição oferecia visando preparar seus funcionários. Mais tarde, retomei os estudos neste campo. Cursei o mestrado e desenvolvi pesquisas em sítios históricos. Cursei o doutorado no Programa de Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco. Meu projeto era centrado nos temas prediletos: preservação do patrimônio em escala urbana, ou seja, patrimônio e urbanismo. Mas interrompi os trabalhos para assumir, em 2004, a recém-criada Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - o IPHAN no Piauí. Trabalhei muito para viabilizar essa Superintendência. A história do órgão no Piauí se mistura com minha história de vida. Mas, em setembro de 2010, assumi a Superintendência de outra unidade do IPHAN no Espírito Santo, atendendo sua necessidade de gestor e a minha de ficar mais próxima da família mineira.

O Escritório técnico da Fundação Nacional Pró-Memória em Teresina foi criado em decorrência da política de descentralização da gestão patrimonial iniciada nos anos 70. Essa política foi articulada pelos encontros dos governadores e estabelecida por compromissos firmados em Brasília (1970) e de Salvador (1971). Tais movimentos refletiam o instinto de planejamento da ditadura, devidamente assessorada pelo Banco Mundial e outros órgãos da ONU, como a UNESCO.

Os documentos referidos complementavam a atuação federal, propugnando a atuação dos estados e municípios na preservação dos bens culturais regionais e locais com instrumentos e legislação próprios. Esta política induziu a criação de fundações estaduais e municipais, a implantação de circuitos turísticos, de legislações específicas e capacitação técnica, instituída através dos cursos de restauro.

A descentralização foi efetivada com a emergência das políticas estaduais e municipais de proteção. Em 1975, foi criado o Centro Nacional de Referência Cultural. Em 1979, a Fundação Nacional Pró-Memória viabilizou o incremento do organismo federal de patrimônio. Foram instaladas representações em quase todas as capitais e muitas cidades históricas, inclusive o Escritório Técnico de Teresina.

Ainda na década de 70, foi implantado o Programa de Cidades Históricas do Nordeste para promover a infraestrutura viária, saneamento e hotelaria, restauração e novos usos dos monumentos e dos sítios históricos urbanos. Incluía também a elaboração de planos diretores e legislação urbanística.

No Piauí, esse programa desenvolveu estudos e projetos para Oeiras. Foi o reinício das ações de preservação do patrimônio cultural, depois de quase quarenta anos dos seis primeiros tombamentos promovidos pelo órgão federal do patrimônio, dos quais três deles se localizam na antiga capital do Piauí: a Igreja de Nossa Senhora das Vitórias, o Sobrado João Nepomuceno (atual Museu de Arte Sacra) e a Ponte Grande do Riacho da Môcha.

O planejamento de uma política de patrimônio mais abrangente começou pela salvaguarda do sítio de Oeiras. Atendia ao clamor da cidade, que perdera a condição de capital. O extenso estudo multidisciplinar realizado pela Empresa Latino-Americana de Projetos CLAP visava um planejamento municipal integrado, enfatizando a preservação do tecido urbano histórico por meio da exploração econômica pelo turismo. O plano previa perímetros de proteção hierarquizados na legislação urbana municipal e o tombamento federal de edificações de destaque.

Apesar dos esforços de descentralização e estímulo ao municipalismo das políticas federais, o plano não foi acompanhado de um fortalecimento institucional da municipalidade, capaz de colocá-lo em prática, à exceção dos restauros dos principais monumentos no início da década de 1980.

Os projetos minuciosamente desenvolvidos pela empresa especializada CLAP contou com a participação ativa do oeirense Dagoberto Carvalho Junior, autor de “Passeio a Oeiras” e “A talha de retábulo no Piauí”, responsável pela existência nos arquivos do IPHAN do Piauí de

parte desses estudos. Quando comecei a trabalhar na Pró-Memória, Dagoberto me contatou preocupado com o destino do acervo documental produzido pela empresa e doou cópia desses documentos que se encontravam em Recife, na Secretaria de Planejamento da Presidência da República. A CLAP, por sinal, não concluiu todos os trabalhos planejados para o Piauí de outras cidades como Amarante, Piracuruca e Parnaíba; e lhe pagou somente o primeiro mês de trabalho, como me confidenciou à época.

A descentralização focada no municipalismo não produziu os efeitos esperados. Os governos federal e estadual persistiram no papel principal na preservação. Em 1981, foi instituída pelo governo estadual a primeira legislação de proteção ao patrimônio cultural e criado, logo após, no quadro da Fundação Cultural, um departamento encarregado pela gestão desse patrimônio. Como já disse, em 1983, foi a vez do Escritório Técnico da Fundação Nacional Pró-Memória em Teresina.

A edição da primeira lei estadual de proteção ao patrimônio cultural regulamentou o tombamento estadual imediato de três edificações em Oeiras: o Sobrado dos Ferraz, o Sobrado Major Selemérico e a Casa do Cônego.

Oeiras foi palco assíduo de iniciativas de proteção dos governos estadual e federal. Entre 1970 e 1980 houve uma mudança na cultura local que, alheia e indiferente nos anos 60, chega à primeira década do ano 2000, com uma percepção generalizada de que o Centro Histórico de Oeiras já era tombado, mesmo sem ainda ter obtido este reconhecimento oficial, só

acontecido em janeiro de 2012 pelo tombamento federal.

AP - Como avalia a sua gestão na Superintendência do Iphan no Piauí e, atualmente, no Espírito Santo?

DF - Logo percebi que no trato com o patrimônio teria que estar aberta ao diálogo com diversas áreas do saber. O Piauí começava a se projetar numa escala mundial pelas pesquisas arqueológicas na região sudeste, que conta com um grande e diversificado complexo. Além disso, a Constituição promulgada em 1988 advinha de um olhar que pressupusera uma pluralidade de agentes e de métodos de ações de proteção e promoção do patrimônio, que se dividia em bens imóveis, móveis, agregados, imateriais, arqueológico, naturais, edificado, urbanístico etc.

No Piauí e no Espírito Santo, contei com quadros técnicos e logísticos mínimos. Essa situação pouco melhorou. No Piauí, lembro-me da dificuldade para realizar um inventário de varredura, solicitando carro emprestado a outros órgãos setoriais, principalmente, para fazer a gestão do patrimônio arqueológico, que impunha desafios não somente ao IPHAN no Piauí, mas ao órgão como um todo devido às pesquisas na Serra da Capivara. Encontrei inestimáveis parceiros na extinta Secretaria de Cultura do Piauí, no Conselho Estadual de Cultura, na Fundação Cultural do Piauí e, em diversas ocasiões, em outros setores da administração estadual e dos próprios governadores.

No governo federal, as relações de parceria também foram frequentes com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA e Universidade Federal do Piauí - UFPI. Nos primeiros anos, a aproximação foi maior com o Núcleo de Antropologia da UFPI e sempre envolvia o IBAMA e a Fundação Museu do Homem Americano. Mais recentemente, com o programa do patrimônio imaterial, os campos da antropologia e da história foram protagonistas de novas cooperações interdisciplinares e interinstitucionais para a realização de inventários e estudos de registro do patrimônio de natureza imaterial, como o da cajuína e da arte santeira, assim como na promoção e apoio de várias edições do congresso internacional em História e Patrimônio Cultural, iniciativa do IPHAN e da UFPI, desde 2008, hoje, Congresso Internacional em Artes, Patrimônio e Museologia, vinculado a um Programa de Pós-graduação - mestrado profissional, UFPI da cidade de Parnaíba, do qual faço parte como docente.

Apesar do apoio e da parceria, não faltaram conflitos e antagonismos entre os atores, mas não deixo de destacar a oportunidade de conhecer pessoas de várias formações, desenvolvendo o caráter transversal do patrimônio cultural, como ação política de promoção da cidadania, contribuindo para fortalecer a política pública no Piauí. São pessoas ligadas a essas instituições, com as quais mantive relações frequentes. Muitas delas se tornaram amigos próximos.

Não é fácil administrar conflitos de interesses, articular e potencializar oportunidades de colocar a preservação da diversidade da cultura

e do patrimônio na pauta de governos e da sociedade, promovendo a intersectorialidade, interdisciplinaridade, interinstitucionalidade de uma conservação integrada.

No Espírito Santo, a aproximação com a Universidade Federal foi muito facilitada a partir da adoção de uma linha de pesquisa dedicada ao patrimônio cultural pelo Programa de Extensão Universitária do Ministério da Educação, em parceria com o Ministério da Cultura e o órgão federal de patrimônio. Alguns inventários importantes para o Instituto do Patrimônio no Espírito Santo foram realizados através deste programa, apoiado sempre por nossa unidade local, ora quanto à logística da pesquisa, ora na disponibilização e treino da metodologia, ora participando diretamente das incursões de campo.

Enfim, tanto no Piauí quanto no Espírito Santo foi difícil manter o norte: adotar prática de gestão conseqüente que entenda a preservação do patrimônio de maneira sistêmica, abrangente e integrada. Não basta o suporte técnico e logístico adequado. Foi e continua sendo preciso estruturar um conjunto de normas e canais de participação da sociedade, com uma postura preventiva, de ações compensatórias e de estímulo, adotando diferentes alternativas de proteção.

AP - Identifique e analise os processos de inventário e tombamentos de bens culturais no Piauí?

DF - Os primeiros tombamentos do Piauí ocorreram há muito tempo, após a visita de Paulo Thedim Barreto, em 1938, que

documentou a arquitetura rural e urbana no artigo “O Piauí e sua Arquitetura”, publicado em uma das primeiras revistas do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Um renomado professor da Universidade de São Paulo - USP, Nestor Goulart Reis, conselheiro do IPHAN, por ocasião do tombamento de dois estabelecimentos rurais das antigas Fazendas Nacionais do Piauí (a Escola Rural São Pedro de Alcântara, em Floriano, e a Fábrica de Manteiga e Queijo em Campinas) foi sensibilizado pela leitura desse artigo. O belo e poético parecer do conselheiro Luiz Phelipe Andrès, relator do processo, mencionou esse artigo como referência no dossiê. Estava em Brasília no dia da reunião do Conselho e assisti a conclusão desses processos, grandes conquistas para o patrimônio cultural do Piauí. Outro que merece registro é o da cajuína como patrimônio cultural de natureza imaterial, inscrita no livro dos ofícios.

Já havia presenciado Nestor Goulart mencionar a importância deste artigo em outras reuniões do Conselho do Patrimônio que decidiram sobre tombamentos dos sítios históricos e paisagísticos de Parnaíba, Oeiras e Piracuruca. Todos esses foram relatados por Luiz Phelipe Andrès, que impressionou seus pares pelos relatos circunstanciados das visitas a esses bens, a conversa com os habitantes e autoridades locais, enriquecendo as observações sobre a precisão dos dossiês técnicos, com uma leve e saborosa crônica sobre sua experiência com os bens, com o clima e a gente do Piauí.

Vários inventários foram iniciados na década de 80. Precisávamos identificar o que existia para depois proteger, além dos primeiros

tombamentos do final da década de 30 do século XX. Isso foi iniciado com o olhar dos arquitetos sobre as cidades piauienses, suas edificações e traçados urbanos, em parceria com a Fundação Estadual de Cultura. Esse era o olhar preponderante da instituição federal à época. Esses inventários permitiram em curto prazo, a proteção de muitos bens pelo tombamento estadual, embora feitos de maneira isolada. Só recentemente eles serviram de subsídios para os dossiês de tombamento federal do Piauí, que reconheceu os sítios históricos de Parnaíba, Piracuruca e Oeiras, assim como o fizeram para os dossiês de Amarante, Pedro II e Campo Maior, que ainda estão sem conclusão.

À mesma época, paralelamente ao inventário da arquitetura e urbanismo, foi contemplado o olhar dos arqueólogos sobre o seu campo, com o mapeamento dos sítios arqueológicos do Piauí em parceria com a UFPI e a Fundação Museu do Homem Americano. Os bens arqueológicos, pela sua natureza, contam com legislação específica, que impede sua destruição ou mutilação por exploração econômica antes de serem pesquisados. São protegidos à priori, antes mesmo de conhecidos. A não ser em casos excepcionais, como o do complexo arqueológico da Serra da Capivara, com suas inúmeras e ricas pinturas e gravuras rupestres, objeto do tombamento federal e reconhecido como patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO.

A partir de 2000, foi instituído o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e o registro dos bens de natureza imaterial como forma de acautelamento dessa categoria de bens culturais. Os inventários desses bens em todo

Brasil foram iniciados. No Piauí foram desenvolvidos estudos destinados ao registro da Cajuína e da Arte Santeira por professores da UFPI. O primeiro, foi aprovado pela reunião de maio de 2014 do Conselho do Patrimônio Cultural; o segundo, foi realizado por você (Áurea Pinheiro) e Cássia Moura; fundamentado no pedido feito pelos santeiros de reconhecer sua arte como ofício, originou a publicação editada pelo IPHAN intitulada “Senhores do seu ofício: arte santeira do Piauí”.

Atualmente, funciona uma câmara do patrimônio imaterial formada por representantes do Conselho do Patrimônio cuja função, entre outras, é a de analisar o enquadramento do bem nos diversos livros de registro. A câmara recomendou o registro da arte santeira do Piauí no livro dos ofícios e das formas de expressão, faltando estudos relativos à história da arte para efetivar o duplo reconhecimento desta arte tão específica do Piauí, como contribuição ao nosso patrimônio cultural brasileiro.

AP - Há parceria entre o IPHAN e agentes públicos e privados, com a sociedade e, mais pontualmente, com os produtores de cultura?

DF - Como disse anteriormente, até por questão de sobrevivência, a representação do Piauí nada teria feito sem parcerias. A necessidade a fez depender das parcerias e isto foi muito bom: tem um efeito ampliado a qualquer ação desenvolvida nesses moldes. A autarquia federal tem pautado sua política em editais, principalmente dentro do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, que estimula a participação da sociedade nas diversas iniciativas de preservação. Este é um

caminho sem retorno. Acredito que vá crescer e se desenvolver em diversas escalas através de ações promovidas pela instituição central e superintendências, atendendo particularidades e especificidades regionais e locais.

Muitas vezes o estabelecimento das parcerias é difícil e demorado, pois deve obedecer normas legais e passar por diversas instâncias de decisão. Planejar com antecedência e focar nos objetivos de maior impacto social, estabelecendo prioridades, diminui as dificuldades.

AP - A considerar a sua experiência, quais os caminhos para a gestão do patrimônio cultural no Piauí, nas cidades históricas do Estado e de Parnaíba em particular?

A partir do tombamento federal, o órgão nacional passa a administrar as duas áreas delimitadas em cada uma das cidades históricas do Piauí, de tombamento e de entorno, em parceria com prefeituras municipais, visando preservar os patrimônios protegidos e dialogar com o dinamismo inerente às cidades.

A gestão compartilhada com o município deve avaliar e qualificar as propostas de intervenção nestas áreas promovidas pelo poder público e por particulares, verificando sua coerência em relação aos setores que formam conjuntos históricos e paisagísticos dessas cidades, com suas peculiaridades históricas e morfológicas, em especial nos logradouros públicos e nos principais monumentos; a adaptabilidade quanto a questões como densidade populacional desejável, fluxos viários, serviços e capacidade de carga, disciplina de engenhos publicitários etc.

Para isto é importante também a instituição de normativas claras pelos órgãos dos núcleos históricos que estruturam a rede do patrimônio cultural do Piauí. Nesse processo de gestão é importante entender o tombamento como um instrumento de planejamento urbano e regional, mais do que um instrumento de restrição, em permanente construção e aperfeiçoamento, compatibilizado com a realidade.

O resultado do fortalecimento institucional do órgão federal no Piauí ao criar a Superintendência Estadual permitiu a efetivação da estratégia de fazer a proteção federal entendendo o território a partir da rede do patrimônio cultural, constituída de paisagens culturais, de cidades e de influências culturais interligadas entre si e pouco exploradas até então, mas que guardam uma vinculação lógica, consideradas as dimensões de tempo e lugar, de respaldo arqueológico, histórico, paisagístico e urbanístico. O objetivo final desta política é qualificar o desenvolvimento das cidades, melhorando suas condições de vida, explorando economicamente suas possibilidades, mas garantindo e promovendo a sua preservação, integridade e assimilação pelos diversos grupos sociais.

A rede do patrimônio cultural no Piauí se insere nesta concepção de desenvolvimento e credencia os municípios a participarem de programas de fomento à preservação do patrimônio, como o iniciado pelo projeto MONUMENTA em 26 cidades históricas brasileiras, que incluiu Oeiras, no Piauí. Esse Programa foi substituído e estendido a outras cidades históricas brasileiras que possuíssem áreas de tombamento e de entorno delimitadas e regulamentadas,



incluindo Parnaíba, através do Plano de Ação das Cidades Históricas ou PAC das cidades históricas. O acordo de preservação previsto nesse Plano foi assinado pela Prefeitura Municipal, que atendeu ao chamado do IPHAN para planejar a preservação do seu patrimônio cultural.

Parnaíba está recebendo um aporte de recursos considerável para requalificar seus espaços urbanos de referência para a memória da cidade e restaurar imóveis públicos de grande relevância arquitetônica e urbanística. Mas restaurar apenas não basta, esses imóveis e áreas públicas têm que restabelecer sua inserção na dinâmica urbana com usos sustentáveis e que promovam sua conservação.

A existência de um Campus da UFPI em Parnaíba e de um Programa de Pós-graduação, Mestrado Profissional, no campo do patrimônio cultural, representa um privilégio e uma oportunidade em relação às outras cidades do Estado. A expansão de seus cursos usando o patrimônio construído do seu sítio histórico, em grande parte pertencente à União, tem grande possibilidade de promover seu uso e conservação. E o que é mais importante: revitalizar suas áreas mais desintegradas do tecido urbano. Facilitar o diálogo neste sentido, buscando inserir nessas áreas habitantes e usuários preocupados e interessados na sua preservação, formado por professores e estudantes universitários, deve ser um objetivo para os gestores do patrimônio em Parnaíba.

AP - Como avalia a implantação de um Mestrado Profissional voltado para estudos e intervenções no campo do Patrimônio Cultural e Museologia

no Campus Ministro Reis Veloso da Universidade Federal do Piauí em Parnaíba?

DF - No Piauí, há a necessidade de formar profissionais qualificados em diversas áreas para os trabalhos de preservação dos patrimônios culturais. A rede do Patrimônio Cultural do Piauí está se formando com os tombamentos e registros recentes e as diversas categorias de bens que passam a integrar este universo demandam trabalhos de inventários, conservação, acautelamento, salvaguarda e promoção a exigir também diversificadas formações, de natureza interdisciplinar. Para um sítio histórico e paisagístico como é o caso de Parnaíba, o maior do Piauí e inserido no contexto ambiental e cultural de um fenômeno natural singular como Delta do Parnaíba, com um universo de práticas culturais a serem ainda descobertas, estudadas e protegidas, a implantação de um Mestrado Profissional interdisciplinar é muito animadora. Acredito que terá muita procura.

Para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é fundamental; desempenha o mesmo papel que alguns cursos específicos, como o da UFBA, o de formação em restauro de bens móveis e integrados da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, os de restauro e de conservação integrada da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, onde me especializei, de formar especialistas para lidar com os diversos patrimônios culturais brasileiros de nosso extenso país.

Não é demais lembrar que preservação do patrimônio não pode ser tarefa exclusiva dos organismos preservacionistas instituídos pelos

governos, mas da sociedade e de toda a administração pública por meio de uma política transversal que dialogue com as demais políticas setoriais, estimulando e criando oportunidades e mecanismos de participação social. Este é um exemplo e momento oportuno de exercitar a transversalidade.

AP - Diva Figueiredo, qual a sua orientação para aquelas pessoas que desejam se aventurar nos estudos do patrimônio cultural?

Trabalhar com o patrimônio, estudá-lo e praticá-lo se torna um vício, você não consegue depois se livrar, pois é sempre um novo desafio a enfrentar, um conhecimento novo, uma nova descoberta propiciada com um novo olhar sobre o nosso passado. O entusiasmo permanente parece ser o destino dos que se envolvem neste trabalho, como destaquei em um artigo, citando o depoimento de Mário de Andrade a Rodrigo Melo Franco, em 1937: “Já comecei a trabalhar no IPHAN, êta entusiasmo por não sei o quê!”.

Algumas questões estarão sempre presentes para as gerações que se dedicam ao seu estudo: o desafio de estabelecer o equilíbrio entre tradição e inovação, de descobrir quem somos e para onde vamos, de esquecer para lembrar, de por quê e como preservar, de como e quem deve selecionar o que deve permanecer como símbolo de uma coletividade. Enfim, de descobrir para o que serve o patrimônio.

Parece paradoxal, mas a lição maior que aprendi foi de que muita coisa nova se aprende olhando para trás! Como observou Aloisio de Magalhães: planejar o futuro tendo como imagem a técnica do estilingue.

Vitória (ES), 4 de agosto de 2014